

DECRETO Nº 11.822, DE 17 DE JANEIRO DE 2020.



**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO
D O REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DE ITAJAÍ - CAISAN.**

O Prefeito de Itajaí em exercício, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII c/c art. 57, inciso I, alínea "f", ambos da **Lei Orgânica** do Município de Itajaí, e ainda com o disposto na Lei nº **6.902**, de 12 de junho de 2018, e, considerando o teor do processo administrativo nº 0070135/2020, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o **Regimento Interno da Câmara** Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí - CAISAN, objeto do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí-SC, 17 de janeiro de 2020.

MARCELO ALMIR SODRÉ DE SOUZA
Prefeito Municipal, em exercício

GASPAR LAUS
Procurador-Geral do Município

ANEXO ÚNICO

**REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ITAJAÍ - CAISAN**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE DA CAISAN**

Art. 1º A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí - CAISAN, instituída pela Lei nº **6.902**, de 12 de junho de 2018, tem como finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública municipal afetos à área de segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí é um órgão deliberativo, de caráter executivo, que tem como objetivo articular, utilizando seus instrumentos de gestão, as ações desenvolvidas nas Secretarias e Fundações Municipais e suas vinculadas, que visem assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DA CAISAN

Art. 2º Compete à CAISAN:

I - Elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA:

- a) a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PMSAN, indicando as suas diretrizes e os instrumentos para sua execução; e
- b) o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN, indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução;

II - Coordenar a execução da PMSAN e do PLAMSAN mediante:

- a) interlocução permanente entre o COMSEA e os órgãos de execução; e
- b) acompanhamento das propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

III - Monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no plano plurianual e nos orçamentos anuais;

IV - Monitorar e avaliar os resultados e impactos da PMSAN e do PLAMSAN;

V - Articular e estimular a integração das políticas e dos planos de suas congêneres estaduais e nacional;

VI - Assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA pelos órgãos de governo, apresentando relatórios periódicos;

VII - Definir, ouvido o COMSEA, os critérios e procedimentos de participação no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;

VIII - Aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 3º São membros da CAISAN os representantes governamentais titulares e suplentes do COMSEA.

§ 1º Poderão ser convocados (as) a participar das reuniões da CAISAN e para compor os Comitês Técnicos, sem direito a voto, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação, ou a juízo de seu (sua) Presidente.

§ 2º Poderão ser convidados (as) a participar das reuniões da CAISAN e para compor os Comitês Técnicos, sem direito a voto, representantes da sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação, ou a juízo de seu (sua) Presidente.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DA CAISAN

Seção I Dos órgãos da Caisan

Art. 4º A CAISAN tem a seguinte estrutura organizacional:

- I - Pleno Colegiado CAISAN;
- II - Presidência;
- III - Secretaria-Executiva;
- IV - Comitês Técnicos; e
- V - Comitês Gestores.

Seção II Do Pleno Colegiado

Art. 5º O Pleno Colegiado é o órgão de deliberação superior e final da CAISAN.

Art. 6º O Pleno Colegiado é composto pelos representantes governamentais titulares e suplentes do COMSEA, na forma do art. 3º deste Regimento.

Parágrafo único. O membro suplente da CAISAN somente vota nas reuniões do Pleno Colegiado na hipótese de ausência do respectivo membro titular.

Art. 7º Compete ao Pleno Colegiado, dentre outros atos necessários à consecução dos objetivos da PMSAN e do PLAMSAN:

- I - Definir estratégias e procedimentos para a implementação das ações governamentais na área de segurança alimentar e nutricional, respeitadas as diretrizes e recomendações emanadas do COMSEA e das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - Deliberar e aprovar a PMSAN e o PLAMSAN e suas regulamentações específicas;

III - Coordenar e orientar a execução da PMSAN e do PLAMSAN;

IV - Promover a implementação do SISAN, articulando as políticas setoriais sociais e econômicas relativas à segurança alimentar e nutricional, a fim de cumprir as diretrizes e princípios da Lei nº 6.902, de 12 de junho de 2018, e de alcançar os objetivos da PMSAN e do PLAMSAN, zelando, assim, pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada;

V - Aprovar, apoiar e viabilizar procedimentos para implantação do sistema de monitoramento da PMSAN e do PLAMSAN;

VI - Avaliar, deliberar e aprovar as proposições da Secretaria Executiva;

VII - Aprovar a criação dos Comitês Gestores;

VIII - Definir, em regime de colaboração com o COMSEA, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN por parte dos órgãos e entidades do Município, bem como das instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o sistema;

IX - Propor a instituição de fóruns tripartites e pactuação com representantes das Câmaras Governamentais Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional Estaduais e Nacional, das respectivas políticas e planos de Segurança Alimentar e Nutricional, exercendo sua coordenação;

X - Elaborar propostas para a PMSAN e o PLAMSAN, indicando metas, fontes de recursos, e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução, considerada a manifestação do COMSEA sobre seu conteúdo final;

XI - Apresentar propostas de regulamentações específicas de competência da CAISAN;

XII - Propor as ações orçamentárias prioritárias, constantes na PMSAN e no PLAMSAN, a serem discriminadas por meio de resoluções; e

XIII - Propor estratégias para adequar a cobertura das ações, sobretudo visando o atendimento da população mais vulnerável e a revisão de mecanismos de implementação dessas ações, para garantia da equidade no acesso da população às ações de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.

Art. 8º São atribuições dos membros do Pleno Colegiado:

I - Apresentar propostas para a Secretaria-Executiva da CAISAN;

II - Apresentar casos de relevância e urgência, assuntos extrapauta;

III - Propor o adiamento da apreciação de assuntos incluídos na pauta, ou submetidos extrapauta, até a reunião seguinte a ser realizada pelo Pleno Colegiado;

IV - Propor o reexame de assunto retirado de pauta;

V - Propor a manifestação da Secretaria-Executiva sobre assuntos da pauta das reuniões ou o assessoramento dos Comitês Técnicos;

VI - Propor a criação de Comitê Gestor; e

VII - Outros atos necessários ao exercício das suas funções.

Art. 9º O Pleno Colegiado reunir-se-á sempre que houver necessidade de deliberação e aprovação de matérias de sua competência, mediante convocação da sua presidência com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 10. As deliberações do Pleno Colegiado dependem da presença de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos seus membros na reunião.

Parágrafo único. Para a aferição do quórum mínimo de que trata o caput, somente serão contados os membros suplentes presentes na reunião na hipótese de ausência dos respectivos membros titulares.

Art. 11. As deliberações do Pleno Colegiado serão aprovadas por maioria simples.

Art. 12. Poderão participar das reuniões do Pleno Colegiado, com direito à voz e sem direito a voto, todos aqueles que forem convidados na forma do §1º e §2º do Art. 3º deste Regimento.

Art. 13. Será lavrada ata de cada reunião, que será arquivada na Secretaria-Executiva da CAISAN.

Parágrafo único. As atas das reuniões do Pleno Colegiado deverão conter:

I - Local e a data de sua realização;

II - Nomes dos presentes;

III - Resumo dos assuntos apresentados;

IV - Deliberações aprovadas, quando houver; e

V - Lista de presença.

Seção III
Da Presidência da Caisan

Art. 14. A CAISAN será presidida, preferencialmente, pelo titular da pasta ao qual o COMSEA está vinculado.

Art. 15. São atribuições do presidente da CAISAN:

I - Zelar pela formulação e coordenação da PMSAN e do PLAMSAN, bem como pelas ações de segurança alimentar e nutricional;

II - Encaminhar às instâncias responsáveis propostas para a consecução dos objetivos da PMSAN e do PLAMSAN;

III - Expedir resoluções para publicar as deliberações aprovadas pelo Pleno Colegiado, que serão publicadas no Diário Oficial do Município;

IV - Expedir resoluções, em casos de relevância e urgência, desde que previamente consultados, por aviso, os membros titulares do Pleno Colegiado, as quais serão submetidas ao referendo do Pleno Colegiado na reunião seguinte;

V - Solicitar informações de quaisquer órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, acerca de matéria de interesse da CAISAN;

VI - Convocar e conduzir as reuniões do Pleno Colegiado;

VII - Solicitar posicionamento por escrito e motivado da Secretaria-Executiva acerca de matéria a ser submetida ao Pleno Colegiado;

VIII - Convidar a participar das reuniões do Pleno Colegiado da CAISAN, a pedido de qualquer dos seus membros, agentes públicos das esferas de governo municipal, bem como pessoas da iniciativa privada, que possam, de qualquer forma, contribuir para as deliberações em pauta; e

IX - Promover a articulação necessária para que sejam encaminhados e acompanhados os projetos de leis de interesse da segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos do Presidente, exercerá suas atribuições o Secretário Executivo da CAISAN.

Seção IV Da Secretaria Executiva

Art. 16. O Secretário-Executivo da CAISAN deve ser indicado pelo titular da pasta representada pelo presidente da CAISAN, e designado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17. Compete à Secretaria Executiva:

- I - Assistir ao Presidente da CAISAN, no âmbito de suas atribuições;
- II - Cumprir e fazer cumprir as instruções emanadas da Presidência da CAISAN;
- III - Estabelecer comunicação permanente com a Secretaria-Executiva do COMSEA e com seus membros, mantendo-os informados e atualizados acerca das atividades e propostas da CAISAN;
- IV - Preparar as pautas e secretariar as reuniões do Pleno Colegiado e da Secretaria Executiva da CAISAN;
- V - Agendar as reuniões do Pleno Colegiado e da Secretaria-Executiva e encaminhar a seus membros os documentos necessários;
- VI - Expedir ato de convocação para reunião do Pleno Colegiado e da Secretaria-Executiva, por determinação do Presidente da CAISAN ou do coordenador da Secretaria-Executiva, conforme o caso;
- VII - Encaminhar aos membros da CAISAN cópias das atas das reuniões do Pleno Colegiado e da Secretaria-Executiva;
- VIII - Providenciar a publicação no Diário Oficial do Município de todas as resoluções da CAISAN;
- IX - Acompanhar os encaminhamentos dados às resoluções, recomendações e moções emanadas da CAISAN;
- X - Dar encaminhamento às conclusões do Pleno Colegiado, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;
- XI - Acompanhar e apoiar a instalação dos Comitês Técnicos, definidos pelo Pleno Colegiado;
- XII - Acompanhar e apoiar os trabalhos dos Comitês Técnicos, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação das propostas ao Pleno Colegiado;
- XIII - Promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises, processando-as e fornecendo-as aos membros da CAISAN, na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;
- XIV - Articular e preparar a resposta governamental às manifestações do COMSEA dirigidas ao Poder Executivo Municipal;
- XV - Acompanhar e aprovar a instituição de fóruns propostos pelo Pleno Colegiado;

XVI - Secretariar as reuniões dos fóruns tripartites, com a aprovação do Pleno Colegiado;

XVII - Fazer, com autorização prévia do Pleno Colegiado, a interlocução e pactuação com os órgãos e entidades do Governo Federal, sobre a gestão e a integração de programas e ações da PMSAN e do PLAMSAN;

XVIII - Apresentar relatórios e informações ao Pleno Colegiado e ao COMSEA, necessários ao acompanhamento e monitoramento da PMSAN e do PLAMSAN;

XIX - Subsidiar o Pleno Colegiado na coordenação da execução da PMSAN e do PLAMSAN, efetuando interlocução permanente com o COMSEA e com órgãos e entidades de execução, e o acompanhamento das propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA;

XX - Subsidiar o monitoramento e avaliação, de forma integrada, pelo Pleno Colegiado, da destinação e aplicação de recursos, em ações e programas de interesse de segurança alimentar e nutricional, do PPA e orçamentos anuais;

XXI - Contribuir para implantar o sistema de monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, aprovado pelo Pleno Colegiado;

XXII - Subsidiar o monitoramento e a avaliação, pelo Pleno Colegiado, dos resultados e impactos da PMSAN e do PLAMSAN;

XXIII - Difundir a PMSAN, estabelecendo as diretrizes para as políticas e estratégias de comunicação e difusão de informações sobre SAN e Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA, fazendo parcerias com a Secretaria de Comunicação;

XIV - Propiciar a articulação e o estímulo à integração das políticas e dos planos de Câmaras ou órgãos intersetoriais, relativos à área de segurança alimentar e nutricional, que sejam congêneres da CAISAN a nível estadual e nacional;

XXV - Divulgar as regras, instrumentos e diretrizes para atuação complementar do setor privado, com ou sem fins lucrativos, no SISAN, em consonância com as recomendações do COMSEA;

XXVI - Realizar reuniões preparatórias sobre os temas a serem debatidos nas plenárias do COMSEA;

XXVII - Elaborar a resolução da criação de Comitês Técnicos, previamente aprovada pelo Pleno Colegiado;

XXVIII - Apresentar propostas nos assuntos de competência do Pleno Colegiado;

XXIX - Propor a regulamentação das matérias de competência do Pleno Colegiado;

XXX - Exercer outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Pleno Colegiado;

XXXI - Assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA, apresentando relatórios periódicos; e

XXXII - Cumprir e zelar pelo cumprimento do Regimento Interno da CAISAN.

Seção V Dos Comitês Técnicos

Art. 18. Os Comitês Técnicos são órgãos de assessoramento da CAISAN, instituídos por aprovação do Pleno Colegiado.

Art. 19. Compete aos Comitês Técnicos fornecer subsídios para tomadas de decisão sobre temas relacionados à área de segurança alimentar e nutricional que motivaram sua instituição.

Art. 20. Os Comitês Técnicos serão compostos por representantes das Secretarias Municipais, podendo ter a participação de convidados de outras entidades públicas municipais.

§ 1º Na composição dos Comitês Técnicos deverá ser considerada a natureza técnica da matéria de sua competência.

§ 2º A duração dos Comitês Técnicos deverá ser delimitada, podendo ser prorrogada quando necessário.

Seção VI Dos Comitês Gestores

Art. 21. Os Comitês Gestores têm por finalidade deliberar, propor, apoiar e acompanhar as ações necessárias à operacionalização de programas ou planos intersetoriais relativos à PMSAN e ao PLAMSAN.

Parágrafo único. As competências específicas de cada Comitê Gestor da CAISAN serão definidas nas Resoluções que os instituir.

Art. 22. Os Comitês Gestores serão aprovados pelo Pleno Colegiado.

Art. 23. Os Comitês Gestores serão compostos por representantes das Secretarias Municipais, podendo ter a participação de convidados de outras entidades públicas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Pleno Colegiado, da Secretaria Executiva, dos Comitês Gestores e dos Comitês Técnicos serão providos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 25. Os casos omissos ou de dúvida na aplicação e interpretação deste Regimento Interno serão dirimidos em reunião do Pleno Colegiado, respeitada a legislação em vigor.

Art. 26. Este Regimento interno entra em vigor na data de sua publicação.

[Download do documento](#)